

EV]
SIGNIFICADOS
TERRITORIAL: A TERRA II

EVIDÊNCIAS E
SIGNIFICADOS DA MOBILIDADE
TERRITORIAL: A TERRA INDÍGENA KAIABI
(Mato Grosso, Pará)

FABÍOLA ANDREA SILVA

Universidade de São Paulo, Brasil

FRANCISCO FORTE STUCHI

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

Estudos etnoarqueológicos sobre diferentes populações procuram entender os processos de mobilidade territorial. Nesses trabalhos fica evidenciado que, normalmente, as populações escolhem para ocupar e re-ocupar os locais previamente antropizados. Pretendemos apresentar alguns resultados da pesquisa junto aos Kaiabi, na Terra Indígena Kaiabi (T.I. MT/PA), e refletir sobre suas percepções da paisagem, do território e das causas sociais, políticas, econômicas e ambientais de sua mobilidade. Nosso objetivo é mostrar os diferentes significados desta mobilidade em termos de continuidade de ocupação territorial.

Palavras-chave: Terra Indígena Kaiabi, território, mobilidade.

Abstract

Ethnoarchaeological studies on different populations have sought to understand territorial mobility. These studies have shown that populations normally choose anthropogenic locations for occupation and re-occupation. In this paper we present data from our research alongside the Kaiabi, of the Kaiabi indigenous territory (T.I. MT/PA), reflecting upon their perceptions of landscape and territory, as well as upon the social, political, economic, and environmental causes of their mobility. We show different significances of this mobility in terms of the continuity of the Kaiabi territorial occupation.

Keywords: Kaiabi indigenous land, territory, mobility.

Resumé

Les études d'ethnoarchéologie ont été élaborées pour comprendre les processus de mobilité des différentes populations. C'est genre de recherche démontre que, normalement, les sites choisis sont ceux précédemment anthropisés. Dans ce travail, nous avons l'intention de présenter quelques données de notre recherche chez les Kaiabi, de territoire indigène Kaiabi (T.I. MT/PA) et réfléchir sur leur perception du paysage et du territoire et des causes sociales, politiques, économiques et environnementaux de leur mobilité. Notre objectif est de montrer les différentes significations de la mobilité par rapport la constant de l'occupation territoriale de les kaiabi.

Mot-clé: territoire indigène Kaiabi, territoire, mobilité.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos da pesquisa etnoarqueológica é a compreensão dos processos de mobilidade humana nas diferentes paisagens (naturais e antropogênicas). Para tanto, analisa-se como as populações utilizam o espaço na exploração, manutenção e transformação dos recursos naturais, bem como o resultado material desses diferentes comportamentos na formação dos registros arqueológicos e na construção e transformação das paisagens.

Estudos arqueológicos e etnoarqueológicos revelam a preferência pela ocupação e reocupação de locais previamente antropizados, ou seja, que apresentam indícios de ação humana, como os ecofatos, biofatos e artefatos. Além disso, os pesquisadores evidenciaram aspectos que definem - ao longo do tempo - a continuidade e/ou a transformação nos comportamentos relativos ao uso do espaço. Alguns temas são recorrentes nessas pesquisas: 1) relação entre registros materiais e a disponibilidade e distribuição dos recursos na paisagem (Binford 1982 e 1983a, Politis 1996, Smith 2003); 2) relação entre registros materiais e as atividades realizadas em nível local e regional (Tomka 1996, Panja 2003, Hutson et. al. 2007); 3) relação entre registros materiais e a continuidade e/ou ruptura da ocupação local e regional, nas mais diversas paisagens (Wüst 1998, Heckenberger 2001, van Gijseghem e Vaughn 2008, Fitzpatrick 2008); 4) conseqüências sócio-históricas dos processos de mobilidade que resultaram, tanto na formação de grandes assentamentos, quanto na dissolução ou diminuição de assentamentos (Nelson e Hegmon 2001); 5) variabilidade dos processos de mobilidade uma vez que as sociedades são distintas (Cameron e Tomka 1996); 6) complexidade das causas da mobilidade que podem estar relacionadas com questões ecológicas, políticas, religiosas, etárias, de gênero, e outras (Nelson 2000).

Trata-se, portanto, de uma agenda de pesquisa que procura compreender alguns fatores que influenciam na formação do registro arqueológico, revelando que a mobilidade pode ser entendida a partir da diversidade de

elementos atuantes na tomada de decisão de uma população sobre o deslocamento e a ocupação territorial ou regional.

No Brasil os estudos etnoarqueológicos sobre uso do espaço e a mobilidade ainda são poucos, mas têm apresentado dados muito interessantes sobre a dinâmica espacial de diferentes populações indígenas (Noelli 1993, Eremites de Oliveira 1996, Heckenberger 1996, Assis 1997, Neves 1998, Wüst 1991, Silva 2000, Rodrigues 2007, Moi 2007, Bepalez 2009, Stuchi 2010). Neste artigo queremos contribuir para esta agenda de pesquisa, apresentando alguns resultados de nosso trabalho junto aos Kaiabi, na Terra Indígena (T. I.) Kaiabi (MT/PA), refletindo sobre suas percepções da paisagem (natural e antropogênica), do território e das causas sociais, políticas, econômicas e ambientais da sua mobilidade. Nosso objetivo é mostrar os diferentes significados desta mobilidade em termos da sua continuidade de ocupação territorial.

A PESQUISA NA T.I. KAIABI

A pesquisa na T.I. iniciou em maio de 2008, como parte do projeto “*Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena. Um Estudo sobre a Trajetória de Ocupação Indígena em Territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a Terra Indígena Kaiabi e a Aldeia Lalima*”¹. A proposta do projeto é o estudo arqueológico e etnoarqueológico das trajetórias históricas e culturais das diferentes populações indígenas que ocuparam e ocupam os territórios atuais da Aldeia Lalima/MS e da T.I. Kaiabi/MT. O objetivo é vislumbrar os processos de continuidade, mudança e ruptura nas trajetórias destas populações, bem como a dialética entre passado e presente, incluindo as interpretações indígenas sobre este tema.

Durante a apresentação do projeto e a negociação da pesquisa, a principal questão levantada pelos Kaiabi foi relativa à possibilidade da pesquisa gerar dados úteis à demarcação da área, cujo processo ainda está em andamento. Segundo os Kaiabi, muitos estudos haviam sido feitos sobre sua questão fundiária, porém até aquele

momento não havia resultados concretos, tampouco o retorno das informações outrora coletadas sob encomenda de órgãos governamentais. Esclarecemos que a nossa pesquisa era distinta das realizadas oficialmente para a demarcação da terra, mas que seus resultados poderiam ser úteis aos interesses Kaiabi.

Um dos pontos que procuramos enfatizar nas reuniões foi o aspecto etnográfico e etnoarqueológico do projeto. Explicamos que estávamos interessados em entender o modo de vida dos Kaiabi e, especialmente, os aspectos relativos à produção e uso da sua cultura material, bem como o modo como eles faziam uso do espaço intra-aldeia e inter-aldeias. Isto nos ajudaria a identificar as antigas aldeias, os vestígios materiais nelas existentes e, além disso, nos proporcionaria entender como estas aldeias estariam distribuídas na paisagem. Uma das poucas observações feitas pelos Kaiabi nessa etapa de exposição da pesquisa foi a de que esses conhecimentos só poderiam ser alcançados se os pesquisadores passassem um longo período na área. Segundo eles, foi a principal falha das pesquisas anteriores caracterizadas por curtas permanências dos pesquisadores.

Os Kaiabi e a FUNAI autorizaram a realização da pesquisa no final de 2006. Em 2007, realizamos duas visitas à T. I. Kaiabi, onde começamos a perceber uma mudança na expectativa inicial dos indígenas sobre os possíveis resultados e contribuições da pesquisa para as suas demandas de terra e indenizações. Alguns começaram a perceber que os trabalhos seriam prolongados e que os resultados iriam contribuir para trazer à tona a trajetória de ocupação da área, desconhecida pelas gerações mais jovens. Alguns anciãos ressaltaram que a pesquisa proporcionaria uma nova forma de diálogo entre velhos e jovens, pois ela resgataria uma parte dos conhecimentos dos velhos sobre a trajetória Kaiabi. Ou seja, os jovens aprenderiam sobre a sua história combinando relatos dos mais velhos com os resultados do nosso trabalho.

Ao longo da pesquisa localizamos e caracterizamos 40 antigas aldeias citadas por Mendonça (1994) no trabalho de identificação e

demarcação. Conseguimos dados de um grande número de interlocutores, reunindo todos os chefes de família, que relataram suas histórias de vida, concentrando-se nas antigas aldeias e outros locais onde viveram. Além disso, foram excelentes narradores dos eventos vivenciados nas suas trajetórias particulares, possibilitando associar memória e história indígena. Paralelamente, eles interpretaram os vestígios materiais encontrados nos locais ocupados no presente e no passado. Com o transcorrer da pesquisa, percebemos a riqueza das representações sobre a paisagem e sobre a inserção das aldeias na mesma. Começamos a entender os processos culturais de escolha para a fixação de um novo assentamento, bem como as características paisagísticas dos antigos assentamentos que revelavam o manejo e o conhecimento ambiental.

O que está exposto neste artigo é parte dos resultados alcançados nesta primeira experiência junto aos Kaiabi. Cabe ressaltar que pretendemos prosseguir com os trabalhos nesta T.I., contemplando de forma mais aprofundada os relatos orais, a memória e os conhecimentos Kaiabi sobre a paisagem e seu atual território. Até o momento, nossas experiências entre eles foram motivadoras, pois além de contemplar os nossos interesses acadêmicos, nos levam a refletir sobre a nossa prática científica e as suas conseqüências diante dos interesses políticos, sociais e culturais dos Kaiabi em sua luta pela terra e manutenção do seu modo de vida.

A HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO DA T. I. KAIABI

Os Kaiabi falam uma língua da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi e, até o final do século XIX, habitavam o norte do Mato Grosso. Seu território então abrangia o médio vale do rio Teles Pires, entre os rios Arinos e Verde e o Salto Sete Quedas (Grünberg 2004, Mendonça 1994). Atualmente, a T. I. Kaiabi está localizada na Amazônia Meridional, abrangendo parte dos municípios de Apicás, no extremo norte do estado de Mato Grosso e, de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, sendo banhada pelo baixo rio Teles Pires; sua área é de 1.053.000 ha.

O processo de ocupação da T. I. teve início no período pré-colonial, conforme atestam os vestígios arqueológicos, e se estende até os dias atuais, com a presença dos Kaiabi e de famílias das etnias Apiaká e Munduruku. A presença Kaiabi na área data do início do século XX, com a migração dos primeiros grupos que vieram ao baixo Teles Pires para evitar conflitos com a sociedade não-indígena que iniciava a conquista e a colonização de seu território mais antigo no médio Teles Pires. Para resistir ao processo colonialista, os Kaiabi dividiram-se: uma parte preferiu ficar no rio dos Peixes - onde há uma área demarcada que dividem com os Apiaká (Senra 2004: 252); a outra se deslocou para o norte, ocupando a atual T. I. Kaiabi.

Entre 1950 e 1970, grande parte dos Kaiabi de ambas as áreas, bem como os que ainda se encontravam no médio Teles Pires, foram removidos para o Parque Indígena do Xingu, onde atualmente formam a maior etnia² (Figura 1).

A ocupação da T. I. Kaiabi foi gradual, com a instalação de algumas aldeias no baixo curso do rio Teles Pires (Quadro 1). Normalmente, elas reuniam um grupo doméstico aparentado e, eventualmente, mais de um. Atualmente, as aldeias Kaiabi são nove: Kururuzinho, Laje, Minhocucu, Coelho, Dinossauro, Ximari/Cachoeirinha³, Tukumã e São Benedito. Todas possuem a mesma configuração social, exceto Kururuzinho, que reúne vários grupos domésticos, abrigando o posto da Funai, a pista de pouso, a escola indígena e o posto de saúde. É importante ressaltar que esta aldeia foi inicialmente ocupada por um pequeno grupo doméstico, mas a partir de 1987 foi escolhida como base regional da Funai. Com a gradual implantação de infra-estrutura e assistência aos Kaiabi, a aldeia Kururuzinho tornou-se um local de aglutinação dos Kaiabi das pequenas aldeias e dos que estavam dispersos pela área, envolvidos com atividades associadas aos não índios. Até o ano 2000, a aldeia Kururuzinho congregava a maioria da população Kaiabi e somente poucos indivíduos estavam dispersos.

A presença Kaiabi no baixo Teles Pires já remonta há quase um século (Mendonça 1994). A

trajetória de ocupação foi permeada pelo convívio com seringueiros, regatões, gateiros, órgãos governamentais (SPI e Funai), empresas mineradoras, garimpeiros e, recentemente, grandes latifundiários, religiosos e empresas de pesca esportiva. O que mais chama a atenção é a capacidade de resistência dos Kaiabi, expressa na estratégia de revitalizar sua cultura e na luta pela demarcação e manutenção de seu território. Mas é importante destacar que os Kaiabi reconheceram de quais setores não índios vinham os fatores negativos e, sempre que possível, procuraram estabelecer os mais variados tipos de relacionamento social, econômico e político.

A demarcação da T. I. Kaiabi arrasta-se há 70 anos. Iniciou em 1940, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) requereu ao governo do estado do Pará a concessão de 1.790.000 ha aos Kaiabi do baixo Teles Pires. Em 1945, foram concedidos apenas 166.500 ha. Em 1982, a demarcação foi concluída; porém, com a exclusão de áreas em seus limites norte e sul, restaram 117.246 ha (Figura 2). Alguns Kaiabi que ocupavam a parte sul do território foram excluídos da demarcação⁴. Em 1988, os técnicos da FUNAI fizeram uma proposta de interdição das áreas excluídas e, em 1990, foi interditada uma área de 52.500 ha⁵ ao sul da T. I. Kaiabi, chamada de “Gleba Sul”. Enquanto isso, uma área ao norte foi interditada para ser somada à área Munduruku.

Em 1993, com o objetivo de identificar e delimitar a T. I. Kaiabi Gleba Sul, a FUNAI enviou ao Pará um grupo de trabalho. Ele reconheceu a T. I. como de ocupação tradicional (conforme o artigo 231 da Constituição Brasileira/1988), propondo sua demarcação e ampliação para 1.400.000 ha, incluindo áreas do estado do Mato Grosso, também utilizadas pelos Kaiabi (Figura 2).

Em 1999, foi publicada a portaria da FUNAI que identifica e delimita a T. I. Kaiabi. Em 2002, foi publicada a Portaria 1.149 de 02.10.2002 do Ministério da Justiça, declarando a T. I. como posse permanente e usufruto exclusivo dos Kaiabi. Apesar dos avanços, a demarcação ainda não foi efetivada, pois, em 1988, sem consultar

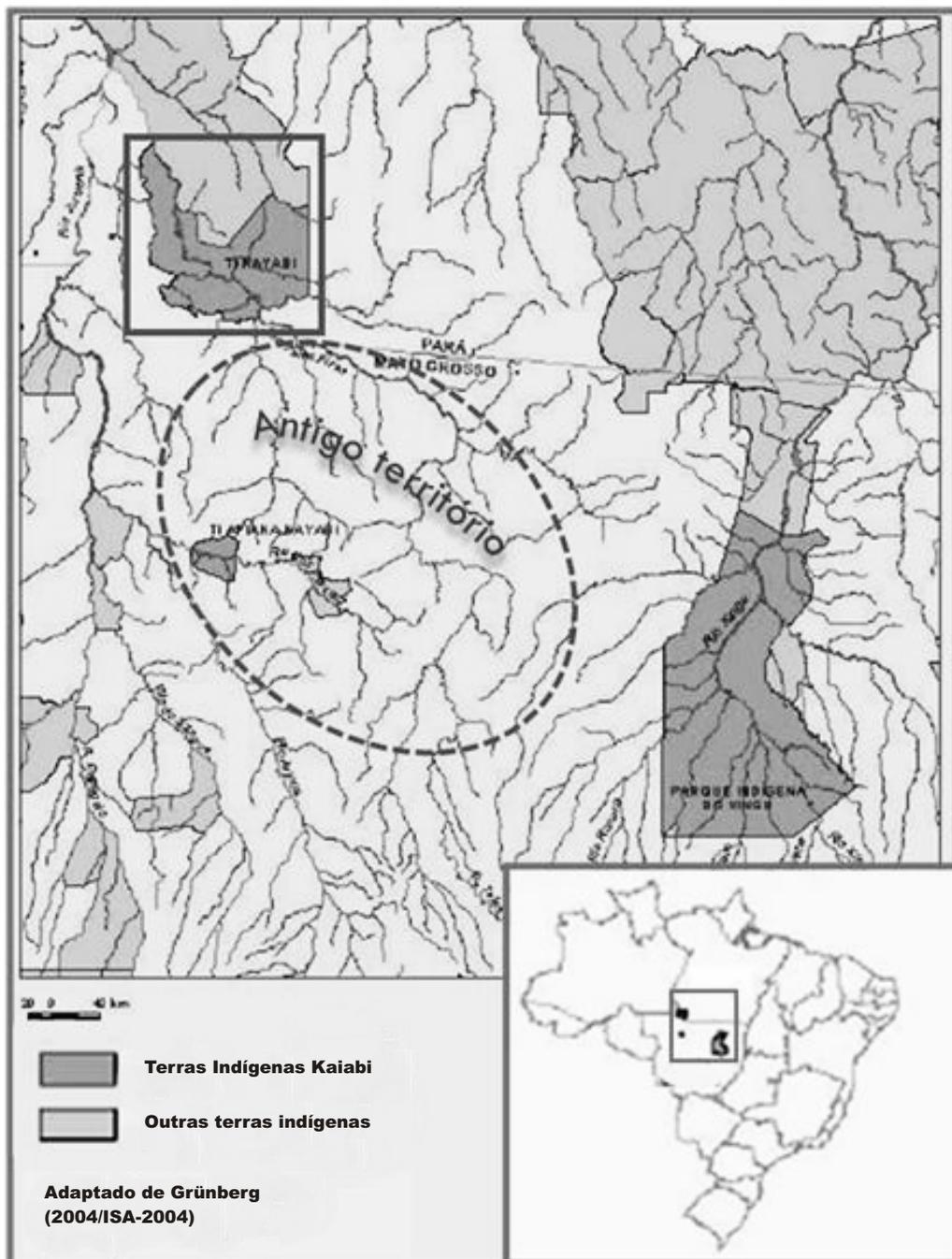


Figura 1- Antigo território Kaiabi e suas atuais áreas de ocupação: T. I. Apiaká-Kaiabi (Juara-MT); Parque Indígena do Xingu e T. I. Kaiabi (MT-PA) no baixo Teles Pires.

previamente a FUNAI, o INCRA doou parte da T. I. Kaiabi à Força Aérea Brasileira (FAB), para implantar o Campo de Prova *Brigadeiro Veloso*.

Tal fato atravancou a demarcação, mas foi resolvido com a decisão dos Kaiabi, acordada com a FUNAI e a FAB, de abrir mão da porção destinada ao campo militar. Os Kaiabi viram a oportunidade para selar uma aliança com os militares, como um meio para vigiar suas terras e denunciar as várias invasões que ocorriam. O resultado, ainda em 2002, foi que o Ministério da Justiça alienou em favor da FAB 335.000 ha, passando a T. I. Kaiabi a ter sua configuração atual de 1.053.000 ha (Figura 2).

Neste mesmo período, apesar das operações de vigilância possibilitarem um relativo controle das invasões, a situação agravou-se com a redução da T. I. Os organismos internacionais financiadores interromperam as doações destinadas à demarcação⁶. Além disso, em 2003, o Superior Tribunal de Justiça sustou os efeitos da portaria ministerial declaratória da T. I. Kaiabi, causando novamente a paralisação da demarcação definitiva. A consequência imediata foi o crescimento das invasões, acompanhadas da violência dos atores não-indígenas, sendo registradas inúmeras ameaças explícitas aos Kaiabi, deixando-os socialmente estressados ao ponto de gerar crises de liderança e de manutenção das atividades socioeconômicas (Carreira 2003)⁷.

Em 2004, a pedido do Ministério Público Federal, foi realizada uma nova perícia antropológica⁸ para responder ao processo que paralisara a demarcação. Contudo, o novo laudo foi contestado e a demarcação foi novamente suspensa com um Agravo de Instrumento (nº 2004.36.00.002130-5 do TRF – Tribunal Regional Federal da 1ª Regional/Brasília-DF, e também na 3ª Vara da Justiça Federal de Cuiabá – MT), que desconsidera o reconhecimento da T. I. Kaiabi e suspendeu temporariamente os trabalhos de demarcação. Neste ínterim, a área que deveria ser mantida intacta vem sofrendo novos desmatamentos, enquanto os Kaiabi, sob fortes ameaças, resistem aguardando a realização de uma nova perícia antropológica.

A T. I. KAIABI COMO PALIMPSESTO DE OCUPAÇÕES HUMANAS

Em Arqueologia, a noção de palimpsesto tem procurado explicar a diversidade e dinâmica de ocupações dos assentamentos ao longo do tempo. Assim, é pressuposto que um mesmo espaço (p. ex. área de atividade, assentamento arqueológico, sítio de atividade específica) pode ter sido ocupado e re-ocupado ao longo do tempo, diversas vezes por sociedades culturalmente diferenciadas ou, ainda, de maneiras distintas pela mesma sociedade. Ambos os comportamentos podem resultar em conjuntos de materiais arqueológicos diversos e dispostos espacialmente de maneiras variadas (Binford 1980, 1981, 1983a, Kent 1987, Hutson et al. 2007). A variabilidade espacial dos registros arqueológicos resulta de diversas ações, revelando a disposição das áreas de atividades, a funcionalidade dos diferentes sítios arqueológicos e, ao mesmo tempo, a dinâmica dos processos de deposição material (Schiffer 1987, Binford 1983b, 1983c, Sakaguchi 2007). Recentemente, alguns autores têm identificado as paisagens (naturais e antropogênicas) como palimpsestos, passando a adjetivá-las como contingentes (Barton et al. 2004) tradicionais, sociais, culturais e sagradas (Anawak 1996, Whitridge 2004, Stewart et al. 2004, Carroll et al. 2004) e dotadas de história e temporalidade (Zedeño 1997, Ingold 2000).

A T. I. Kaiabi do Teles Pires pode ser entendida como um palimpsesto da trajetória de ocupação indígena e não indígena nesta região do baixo rio Teles Pires. Conforme atestam as informações históricas, os Kaiabi ocupam esta área há pelo menos um século e, desde então, vêm operando mais para reproduzir do que modificar os padrões de ocupação das populações pré-coloniais e históricas que ali viveram antes deles. Podemos afirmar que ao longo do processo inicial de ocupação da T. I., os Kaiabi privilegiaram as áreas anteriormente antropizadas, aquelas que apresentavam vestígios arqueológicos de ocupação humana (p. ex. cerâmica, lítico, terra preta antropogênica/TPA, espécies vegetais manejadas). Esta dinâmica de ocupação se repete

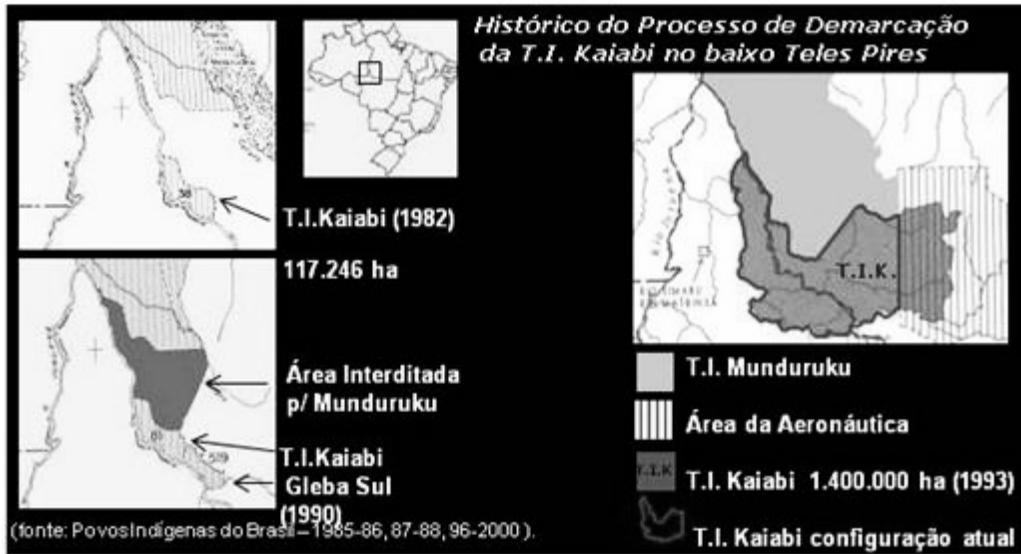


Figura 2 - Conformação da T. I. Kaiabi ao longo das demarcações

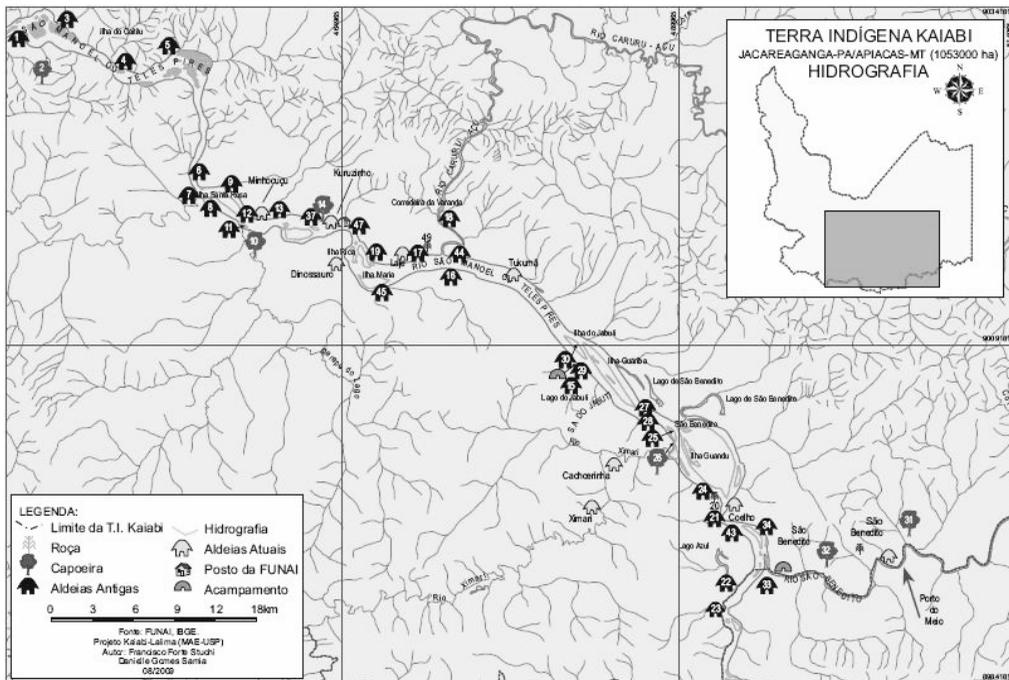


Figura 3 - Mapa com detalhe da T. I. Kaiabi com aldeias antigas, atuais, áreas de roça e capoeiras

até hoje, sendo que todas as aldeias estão situadas sobre antigas aldeias Kaiabi e sítios arqueológicos com TPA, nas áreas de capoeira e nos antigos acampamentos de seringueiros e Garimpeiros. As áreas de cultivo, em sua maioria, estão localizadas sobre as TPAs (Figura 3 e Quadros 1 e 2).

Os Kaiabi reconhecem tais evidências como indicadores de ocupação humana. As antigas

aldeias são identificadas a partir da memória e dos vestígios deixados por seus moradores (p.ex. esteios de construções, locais de sepultamentos, utensílios domésticos, espécies vegetais manejadas). Os sítios arqueológicos com TPA são identificados e nomeados a partir da percepção sobre a diferenciação das classes de solos e das áreas marcadas com antigo manejo florestal, onde aparecem inúmeras espécies vegetais conhecidas pelos Kaiabi (Figura 4). Tal

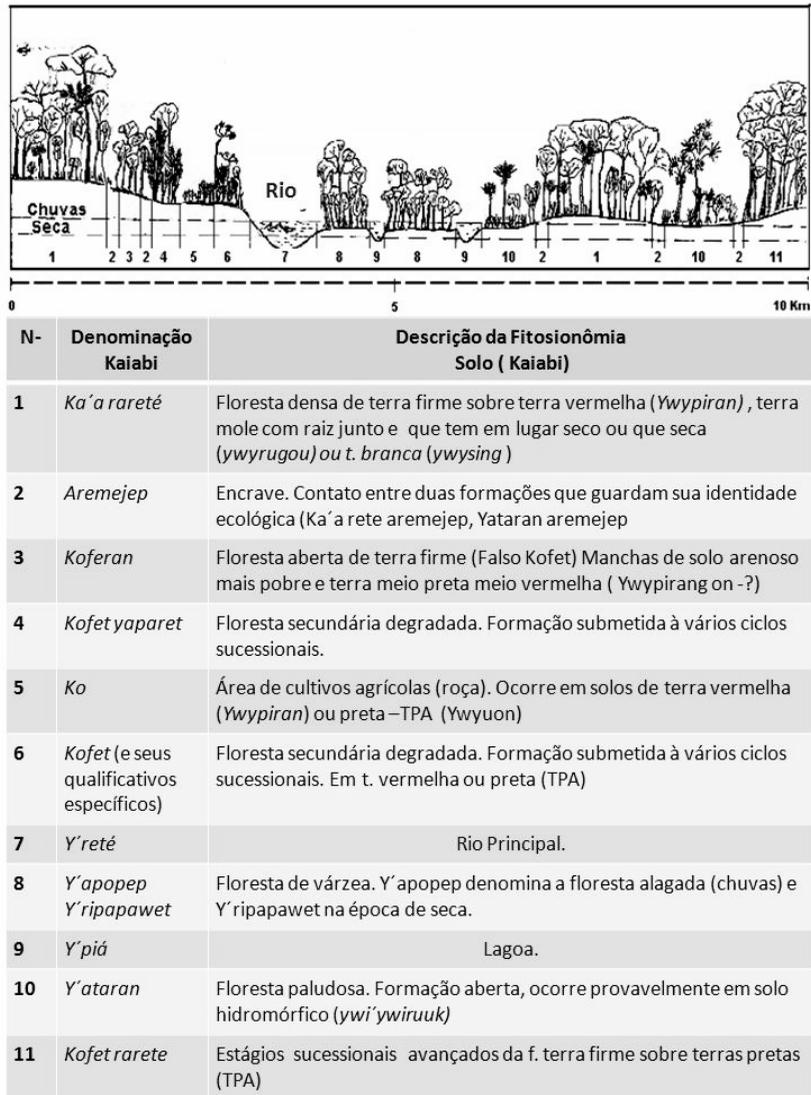


Figura 4 - Alguns elementos da paisagem Kaiabi (Fonte: Silva & Athayde 1999, Silva et al. 2000, Schmidt 2001)

fenômeno demonstra a relação entre conhecimento, práticas sócio-culturais, memória e paisagem. Ou ainda, as noções de “ambiente construído” e de “lugar significativo” (Zedeño e Browner 2009).

Segundo os Kaiabi, a ocupação desses lugares é privilegiada por representar a garantia da obtenção dos recursos necessários à sobrevivência. Neles encontram oferta de caça e pesca, áreas férteis para plantar, espécies vegetais manejadas e boa localização em relação aos demais assentamentos Kaiabi. Sua T. I., do ponto de vista ambiental, encontra-se em área de elevada biodiversidade, decorrente da inter-relação de aspectos muito diversos em termos geomorfológicos, climáticos, pedológicos e fitoecológicos (Irgang e Catapan 2006, Irgang 2008, Milliken et al. 2009). Trata-se de uma região onde predominam áreas de contato ou tensão entre ecótonos de campinaranas⁹ e florestas ombrófilas e estacionais (IBGE 1992; RADAMBRASIL 1980; SEPLAN 2002)¹⁰.

A partir do contato com não-índios, os Kaiabi passaram a implantar suas aldeias às margens do rio Teles Pires e seus afluentes, com o objetivo de manter relações de troca, comércio e receber assistência governamental (SPI e FUNAI). Contudo, esses locais escolhidos para a implantação das aldeias também contemplam as áreas de maior diversidade ecológica.

AS CAUSAS E A DINÂMICA DA MOBILIDADE TERRITORIAL KAIABI

Entender as causas e a dinâmica da mobilidade territorial das populações implica em identificar os seus comportamentos de ocupação, re-ocupação e abandono das estruturas, dos assentamentos e territórios. Nas últimas décadas, vários trabalhos arqueológicos e etnoarqueológicos foram dedicados à investigação desses problemas e podemos apontar alguns pressupostos básicos que direcionaram essas investigações: 1) as populações se distribuem no espaço não de forma aleatória, mas a partir das suas noções de exploração, manutenção, percepção e significação da paisagem (natural e

antropogênica); 2) os assentamentos e locais de atividade específica se distribuem espacialmente em relação à disponibilidade dos recursos naturais; 3) as estratégias de uso e exploração dos recursos naturais implicam na articulação sócio-econômica dos diferentes tipos de assentamentos e locais de atividades específicas; 4) a organização tecnológica das populações resulta das suas estratégias de exploração, transformação e manutenção dos recursos naturais; 5) aspectos sociais e ideológicos influenciam na distribuição espacial dos assentamentos e locais de atividades específicas, bem como nas estratégias de exploração dos recursos naturais e na manutenção e ampliação dos territórios por parte das populações; 6) as noções de território pressupõem o uso contínuo e significativo de um espaço ao longo do tempo pelas populações (Cameron e Tomka 1993, Zedeño 1997, Nelson 2000, Nelson e Hegmon 2001).

Especificamente, em relação aos processos de abandono, essas pesquisas vêm sendo conduzidas com os seguintes pressupostos: 1) o abandono, na maioria das vezes, não é um evento rápido, mas um processo lento que pode começar a ser preparado muito antes de se efetivar, sendo que suas conseqüências podem perdurar por muitos anos, uma vez que os grupos se defrontam com uma série de obstáculos culturais e naturais a serem enfrentados e superados; 2) as causas do abandono devem ser consideradas em escala (p. ex. regional, inter-sítio, intra-sítio), dando atenção às pressões ambientais e culturais ou às contingências históricas a que estão sujeitas as populações, bem como os seus padrões culturais de uso do espaço; 3) o abandono possui dinâmica e extensão diversificadas, podendo ser temporário ou sazonal, episódico, permanente, residencial ou comunitário, rápido, gradual, de longa ou curta distância e planejado ou não planejado; 4) os processos de abandono transformam o uso dos lugares, no sentido de que um local antes usado como espaço doméstico, pode vir a se tornar, após o abandono, em uma área destinada às atividades de caça e coleta; podem ocorrer transformações mais radicais nos padrões de uso do espaço, sobretudo quando uma população é substituída ou assimilada por outra,

respectivamente, por meio de processos de migração ou conquista. Todas essas pesquisas enfatizam que os processos de ocupação, re-ocupação e abandono das estruturas, assentamentos e territórios são diversificados e complexos e precisam ser pesquisados e analisados contextualmente (Cameron 1996, Tomka e Stevenson 1996, Brooks 1996, Joyce e Johannessen 1996, Nelson 2000, Nelson e Hegmon 2001).

A T.I. Kaiabi oferece elementos interessantes para a reflexão e o teste dos pressupostos destacados acima e para o entendimento dos aspectos que influenciam na mobilidade das populações humanas. A mobilidade dos Kaiabi na T.I. está associada com aspectos sócio-culturais, demográficos, políticos, econômicos e ambientais. Como mostraremos a seguir, esses aspectos, dependendo da situação, podem ser articulados ou não, na tomada de decisão pela ocupação, re-ocupação e abandono de assentamentos ou locais de atividades.

Os aspectos sócio-culturais e demográficos que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono de seus assentamentos relacionam-se: 1) à depopulação causada por epidemias nas décadas de 1960 e 1970; 2) à recuperação demográfica nas últimas três décadas; 3) aos desentendimentos pessoais ou políticos em um assentamento e à conseqüente necessidade de afastamento dos locais de conflito e formação de novos assentamentos; 4) à morte de integrantes dos grupos domésticos e a conseqüente necessidade de abandono do local do sepultamento (que ainda não foram investigadas com profundidade).

A história de ocupação, re-ocupação e abandono da aldeia Kururuzinho resultou de alguns dos aspectos citados acima. O incremento da sua ocupação foi uma estratégia de superação dos momentos difíceis enfrentados durante uma epidemia de sarampo na década de 1960. O efeito letal foi de grande magnitude e resultou, inclusive, na remoção de vários Kaiabi para o Parque Indígena do Xingu na década de 1970. Posteriormente, depois da consolidação como posto da FUNAI, em 1987, a aldeia teve um constante aumento populacional por duas

décadas, sendo abandonada gradativamente por famílias extensas que constituíram oito novas aldeias entre 2000 e 2007: Lage, Coelho, Minhocuçu, Dinossauro, Ximari, Cachoeirinha, Tukumã e São Benedito.

Os desentendimentos entre moradores de um assentamento ou integrantes dos grupos domésticos também levam à mobilidade. Há alguns anos uma família liderada por um Munduruku abandonou sua aldeia para formar outra em função de uma desconfiança estratégica: os Kaiabi que ocupavam a aldeia acreditavam que ele poderia incentivar a migração de seus parentes Munduruku para dentro da área e isto poderia causar problemas à demarcação da mesma.

Além disso, a morte de pessoas nas aldeias Ywantã (Nº-5) e Ypia (Nº-22), também levaram ao abandono por causa dos sentimentos de perda e tristeza. Há casos inclusive em que pessoas falecidas em uma determinada aldeia foram enterradas em aldeias já abandonadas.

Os aspectos políticos que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi estão relacionados: 1) à atuação dos órgãos governamentais no estímulo à formação e dissolução de aldeias e abandono de territórios; 2) às políticas governamentais de gerenciamento da infraestrutura e assistência nas aldeias (p. ex. escola, posto de saúde); 3) aos problemas relativos à demarcação da T. I.

A formação da aldeia Kururuzinho é um exemplo da atuação dos órgãos governamentais, considerando que a sua ocupação foi estimulada pela FUNAI. Por outro lado, o antigo órgão governamental estimulou o abandono das antigas aldeias Pirape wyi (Nº-37) e Itaipawuk i (Nº-24) e, em tempos mais recuados, sob o comando do SPI, de Ipoowkai (Nº-24). Nestes casos, o abandono era permanente e seguido da ocupação dos postos governamentais e/ou aldeias próximas.

É certo que os períodos de epidemia (p. ex. sarampo) e a política de assistência na aldeia Kururuzinho também motivou o abandono das

aldeias infectadas de forma permanente e a atração de novos moradores para a mesma. Do mesmo modo a ausência dessa política em um período posterior, por exemplo, com a paralisação das atividades da escola, foi citada como um dos motivos do abandono da aldeia Kururuzinho pelos ocupantes da atual aldeia Coelho.

Em resposta à pressão que os Kaiabi sofrem sobre a manutenção do seu território, as aldeias foram posicionadas em locais estratégicos para vigilância a fim de evitar a ocupação indevida e o desmatamento da área pelos não-índios. Assim, o abandono de Kururuzinho para as novas aldeias deve-se, em parte, a uma preocupação política de ocupação e manutenção do seu atual território, delimitado pela FUNAI e que espera a demarcação definitiva.

Finalmente, é importante ressaltar que o abandono da aldeia Kururuzinho por grupos domésticos, seguido da fundação das aldeias Dinossauro, Ximari e Cachoeirinha foi, em grande parte, motivado por questões políticas, mas atrelado às questões sócio-econômicas (crescimento populacional e a busca por recursos e terras agricultáveis). A implantação dessas três aldeias ocorreu em território matogrossense, por ser a parte da T. I. Kaiabi que congrega: 1) maior quantidade e diversidade de recursos; 2) maior disputa por não índios e, conseqüentemente, invasões e desmatamento. A formação das aldeias Tukumã e São Benedito em território paraense também exemplificam motivações políticas, com destaque para São Benedito, que está implantada próxima a um dos principais acessos terrestres à T. I. Kaiabi, local estratégico para a fiscalização e apoio às idas e vindas dos Kaiabi até a cidade de Alta Floresta – MT. No que se refere à dinâmica do processo de abandono da aldeia Kururuzinho por parte dos habitantes das aldeias Dinossauro, Ximari e Cachoeirinha, é preciso destacar que este vem sendo feito de forma gradual e ainda não foi concluído após tantos anos¹¹.

Os aspectos ambientais que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi, além daqueles relacionados com a busca por novas áreas de

recursos se referem: 1) à ocorrência de pragas de insetos; 2) à presença de animais que põem em risco a vida humana e animais domésticos; 3) às adversidades ambientais que dificultam a ocupação dos assentamentos.

A presença de insetos foi citada como motivo de abandono da antiga aldeia Saúva (Nº-19), cuja denominação reflete a grande quantidade de formigas no local, que prejudicavam a agricultura. Este também foi um dos motivos de abandono da aldeia Laje. A grande quantidade de muriçocas, carapanãs e abelhas estão relacionadas ao abandono de aldeias como Jasi'úok (Nº-27) e Ywantã (Nº-5). Os antigos ocupantes de Ywantã também se referiram à presença de onças e ataques a seus cachorros nas proximidades da aldeia, o que também levou ao abandono. O perigo também pode surgir da água, como no caso da antiga aldeia Ypiaowi (Nº-22), abandonada pelo risco das crianças serem atacadas por serpentes “sucuriju” (*Eunectes murinus*) que habitavam o remanso próximo.

A influência de fatores ambientais também pode ser exemplificada com o abandono da antiga aldeia Itaipawuk'i (Nº-18), cujo nome está associado à existência de uma forte corredeira que a separava da área de roça, colocando em risco a vida de seus ocupantes nos freqüentes deslocamentos de canoa. Na antiga aldeia Jawasi ypoon (Nº-30), cujo nome refere-se ao local de sua implantação, a Ilha do Jabuti, a dinâmica de ocupação e abandono esteve diretamente relacionada às estações de seca e chuva. Essa aldeia era ocupada no período da estiagem e, com as chuvas e a cheia do rio, o local ficava alagado, forçando seus ocupantes a sair para acampamentos nas roças. A cheia do rio Teles Pires também esteve associada ao abandono de outra aldeia, que fora implantada em local inadequado no período de estiagem. Este é o caso da aldeia Ximari, que foi rapidamente abandonada, praticamente uma estação após sua implantação, quando o período da estiagem fez baixar o nível das águas do rio revelando corredeiras que dificultavam o acesso a ela.

Essas razões ambientais levaram os Kaiabi a abandonar permanentemente esses assentamentos. No entanto, há exemplos de

outros assentamentos antigos (Quadro 3) onde causas ambientais desencadearam abandonos sazonais. Esses assentamentos eram habitados no período de estiagem, enquanto seus ocupantes estavam envolvidos com a extração de borracha e preparavam suas roças. No período das cheias, eram abandonados por seus ocupantes, que se deslocavam para o antigo posto Kaiabi, levando a produção de borracha a ser trocada por bens industrializados.

Esses exemplos da mobilidade dos Kaiabi permitem perceber que neste contexto quase todos os casos de ocupação de um novo local de assentamento resultam de um conhecimento prévio do mesmo. Como dissemos anteriormente, na maioria das vezes trata-se de uma re-ocupação de locais que apresentam sinais de ocupação humana anterior. Depois de escolhidos, a maioria passa por um processo de experimentação (p. ex. implantação de roças no local e avaliação de produtividade por um ano, observação das condições de habitabilidade nas diferentes estações do ano, verificação da presença de animais e acidentes geográficos perigosos, construção de estruturas provisórias de moradia) que condicionam a ocupação da área e o abandono da antiga moradia. Muitos dos antigos assentamentos históricos ou sítios arqueológicos, porém, não são utilizados para formar novos assentamentos, mas são transformados em áreas de roça, de coleta ou caça.

O abandono dos locais de ocupação, normalmente, é gradual e planejado. O abandono rápido ocorre apenas em casos de conflitos políticos com não-índios ou epidemias. Ele se apresenta de forma permanente, temporária ou sazonal, dependendo das contingências sociais, ambientais e políticas. Neste momento de luta pela posse da terra, os assentamentos são relativamente próximos uns dos outros e o abandono de um local para instalação em outro implica em percorrer curtas distâncias.

Finalmente, é certo dizer que a T. I. Kaiabi é um exemplo de transformação no padrão de uso do espaço pela substituição de uma população por outra. Os Kaiabi têm um modo de ocupação e mobilidade territorial que pouco se assemelham

com aquelas dos fazendeiros, seringueiros, madeireiros e garimpeiros que outrora ocuparam e/ou ocupam esta área (p. ex. assentamentos atomizados, pecuária e agricultura extensiva, desmatamento das áreas florestadas, acampamentos temporários de exploração extrativista)¹². O modo de ocupação Kaiabi assemelha-se ao das populações pré-coloniais que viveram nesta área no passado. Os dados arqueológicos mostram que essas populações privilegiaram a instalação de seus assentamentos ao longo do rio, nos ecótonos que oferecem diversidade e abundância de recursos. Em que pese o estágio inicial da nossa pesquisa, é possível deduzir que se tratavam de assentamentos permanentes e inter-relacionados, com uma produção de cultura material diversificada atestada pela variabilidade e complexidade dos vestígios líticos e cerâmicos. Datações e análises do material arqueológico poderão revelar a contemporaneidade e/ou diacronia dos assentamentos e suas possíveis filiações e relações culturais (Stuchi 2010).

Os Kaiabi apresentam uma mobilidade que se caracteriza pela ocupação de áreas estratégicas no território do ponto de vista político e sócio-econômico. Há a co-existência de assentamentos fixos e sazonais, articulados entre si em termos sócio-políticos, sendo os mesmos formados por grupos domésticos específicos ou pela associação de grupos de parentela. Além dos assentamentos fixos há, também, os locais de atividade específica (p. ex. roças, pesqueiros, locais de extração de matéria-prima, locais sagrados), explorados e utilizados por grupos domésticos específicos ou comunitariamente. A ocupação, re-ocupação e o abandono desses locais e assentamentos ocorrem por diferentes causas e implicam na percepção, conceituação e manutenção deste espaço, pelos Kaiabi, como um território - uma unidade espacial de significado social, político, cultural, histórico e ecológico.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos demonstrar que a ocupação e a mobilidade territorial resultam da

diversidade de fatores ecológicos, econômicos, sociais, históricos e culturais. Tais fatores definem as trajetórias histórico-culturais de formação dos territórios ocupados pelas populações humanas. Além disso, quisemos contribuir para as explicações sobre os processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos territórios e assentamentos.

Seguindo o exemplo dos vários autores que citamos ao longo do artigo, enfatizamos sobre a necessidade de se interpretar os registros arqueológicos de forma sistêmica, contemplando a relação inter-sítios a partir de uma perspectiva regional e temporal de longa duração. Como escreveram Nelson e Hegmon (2001), “o abandono nem sempre é o que parece”. Em certas ocasiões o que parece ao arqueólogo o abandono definitivo de um assentamento e, conseqüentemente, a finalização de um determinado modo de vida, pode vir a ser uma dispersão populacional estratégica para a sua sobrevivência. Como vimos entre os Kaiabi, a agregação e a dispersão dos assentamentos ocorreram em diferentes momentos da história de formação do seu território e foram ocasionadas por diferentes causas. Além disso, o atual território Kaiabi – circunscrito à T.I. Kaiabi no baixo Teles Pires – é resultante dos deslocamentos desta população desde o seu território mais antigo no médio curso deste rio. Ou seja, o que vemos é o resultado de um processo histórico de ocupação, re-ocupação e abandono de assentamentos nesta região do médio-baixo Teles Pires por parte dos Kaiabi. Não podemos esquecer, ainda, que esta sua história de ocupação regional se interrelaciona com a de outras populações que também ocupavam esta região da Amazônia Meridional. Este estudo etnoarqueológico nos permite considerar que o mesmo pode ter ocorrido nos diferentes contextos arqueológicos pré-coloniais existentes no Brasil, particularmente, naqueles relacionados aos ascendentes das populações Tupi. Neste sentido, entendemos que as abordagens regionais sobre os padrões de assentamento das populações - “moeda corrente” na arqueologia - continuam a ser de fundamental importância para a compreensão da mobilidade humana (Kowalewski 2008).

Para além das preocupações arqueológicas e etnoarqueológicas, também procuramos mostrar que a formação do território Kaiabi, materializada na T.I. Kaiabi, foi uma história de persistência e engajamento de pessoas de diferentes gerações. Eles lutaram e, ainda lutam, pela demarcação deste espaço e pela sua manutenção como um lugar de significado social, político, cultural, histórico e ecológico, a exemplo do que mostraram Zedeño (1997) e Zedeño e Browser (2009) em outros casos. A ocupação de cada território apresenta uma trajetória particular e precisa ser desvendada caso a caso, considerando que a pesquisa em territórios indígenas e o desvelamento de suas histórias, torna-se, muitas vezes, “o fundamento dos direitos territoriais indígenas e, particularmente, de garantia de suas terras” (Carneiro da Cunha 1992:20).

Neste sentido, as pesquisas etnoarqueológicas se tornam cada vez mais prementes no Brasil, onde ocorre acelerada marcha desenvolvimentista sobre os territórios indígenas. Além disso, o diálogo entre a Arqueologia, a Etnologia e a História Indígena é imprescindível para um entendimento mais aprofundado e diversificado a respeito dessas populações que ocuparam e ocupam o Brasil e que tem a sua autodeterminação constantemente ameaçada (Heckenberger 2004, Eremites de Oliveira 2006, Eremites de Oliveira e Pereira 2009, Fausto 2006, Silva et.al. 2008 e 2009, Dias 2009).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Kaiabi da T.I. Kaiabi pela sua acolhida e cooperação ao longo de toda a nossa pesquisa; à FAPESP pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa e pela concessão da bolsa de Mestrado para Francisco Forte Stuchi; à Francisco Silva Noelli pela leitura e sugestões durante a redação deste texto.

NOTAS

¹ Este projeto de pesquisa foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através de um Auxílio Pesquisa (Processo 2006/60241-8). O mesmo

resultou nas dissertações de mestrado de Eduardo Bsepalez (Bolsista FAPESP - Processo 05/57404-0), Frederic Pouget (Bolsista FAPESP - Processo 06/05470-1) e Francisco Forte Stuchi (Bolsista FAPESP - Processo 06/05466-4).

² Os Kaiabi também reivindicam a demarcação da T. I. Batelão e uma faixa de terra contígua ao limite oeste do Parque Indígena do Xingu (Senra 2004: 254).

³ Ximari e Cachoeirinha estão associadas ao mesmo grupo doméstico.

⁴ Processo FUNAI/BSB/1776/82, p.60.

⁵ Portaria n-573, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/90.

⁶ Trata-se do PPTAL/Programa Integrado de Proteção e Terras Indígenas da Amazônia, integrado ao PPG-7/Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

⁷ Nota Técnica N-50-R/2003. Ministério Público Federal/6a Câmara de Coordenação e Revisão (Comunidades Indígenas e Minorias) Brasília-DF.

⁸ Laudo antropológico referente ao processo n. 2004.2130-5/9200 (Wenzel 2004)

⁹ Trata-se da nova denominação dada pelo SIPAM para as formações que eram conhecidas como Savana (cerrado).

¹⁰ Devido à sua diversidade biológica e por estar inserida no “Arco do Desmatamento” (Fearnside 2001 INPE 2002, IBGE 2004), a região foi considerada como prioritária nas propostas de conservação em larga escala para a Amazônia, em particular no projeto Parques e Reservas do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG7. Também faz parte de um dos cinco corredores da Amazônia do programa Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente / PPG7, com o nome de “Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos”.

¹¹ Como veremos abaixo isto se refere especificamente às aldeias Cachoeirinha e Dinossauro, pois a aldeia Ximari foi abandonada por causas ambientais logo após o início do seu processo de implantação.

¹² Uma unidade espacial abrange amplo conjunto de objetos agregados constituídos por terra, recursos naturais e objetos feitos pelo homem – reunidos historicamente através de processos dinâmicos de interação sócio-ambiental (Zedeño 1997:73).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anawak, J. 1996. Inuit perceptions of the past, in *Contemporary archaeology in theory: a reader*. Editado por R. W. Preucel e I. Hodder, pp.44-50. Cambridge: Blackwell.

Assis, V. S. 1997. *Da espacialidade Tupinambá*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Ibero-Americana. Pontifícia Universidade Católica/PUCRS. Rio Grande do Sul.

Bsepalez, E. 2009. *Levantamento Arqueológico e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: Um Estudo sobre a Trajetória Histórica de Ocupação Indígena Regional*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Barton, C. M, J. Bernabeu, J. E. Aura, O. Garcia, S. Schmich, L. Molina. 2004. Long term socioecology and contingent landscapes. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 11(3): 253-296.

Binford, L. R. 1980. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity* 45: 4-15.

_____. 1981. Behavioral archaeology and the Pompeii premise. *Journal of Archaeological Resources*. 37: 195-208.

_____. 1982. The archaeology of place. *Journal of Anthropological Archaeology* 1(1):5-31.

_____. 1983a. Organization and formation processes: looking at curated technologies, in *Working at Archaeology*. Editado por L.R. Binford, pp. 269-286. New York: Academic Press.



_____. 1983b. Evidence for differences between residential and special-purposes sites, in *Working at Archaeology*. Editado por L.R. Binford, pp. 325-336. New York: Academic Press.

_____. 1983c. Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo hunting stand, in *Working at Archaeology*. Editado por L.R. Binford, pp. 287-326. New York: Academic Press.

Brooks, R. L. 1996. Household abandonment among sedentary Plains society: behavioral sequences and consequences in the interpretation of archaeological record, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron, & S. A. Tomka, pp. 178-87. Cambridge: Cambridge University Press.

Cameron, C.M. Abandonment and archaeological interpretation, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron, & S. A. Tomka, pp. 3-7. Cambridge: Cambridge University Press.

interpretation of archaeological record, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron, & S. A. Tomka, pp. 178-87. Cambridge: Cambridge University Press.

Cameron, C.M. Abandonment and archaeological interpretation, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron, & S. A. Tomka, pp. 3-7. Cambridge: Cambridge University Press.

Cameron, C. M. e Tomka, S. (Eds.). 1996. *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press.

Carneiro da Cunha, M. (Ed.). 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carrol, A. K., M. I. Zedeño, R. W. Stoffle. 2004. Landscapes of the ghost dance: a cartography of numic ritual. *Journal of archaeological method and theory*, 11 (2): 127-56.

Dias, A. S. 2009. Arqueologia Guarani nas regiões sul do Lago Guaíba e norte da Laguna dos Patos (RS): refletindo sobre a territorialidade presente e pretérita. *Livro de Resumos XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*: 41.

Eremites de Oliveira, J. 1996. *Guató: Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

_____. 2006. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo sobre a discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. *Revista de Arqueologia* 16: 29-49.

Eremites de Oliveira, J. e L. M. Pereira. 2009. *Ñande Ru Marangatu: Laudo antropológico e histórico sobre uma Terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, Município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Dourados (MS): Editora UFGD.

Fausto, C. 2006. *Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais*. Disponível em <https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2317>>. Acesso em: 06 set. 2006.

Fearnside, P. M. 2001. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation* 28: 23-38.

Fitzpatrick, S. M. 2008. Maritime interregional interaction in Micronesia: deciphering multi-group contacts and Exchange through time. *Journal of Anthropological Archaeology* 27: 131-147.

Grünberg, G. 2004. *Os Kaiabi do Brasil Central – História e Etnografia*. São Paulo: ISA.

Heckenberger, M. 1996. *War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Pittsburgh, EUA.

- _____. 2001. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no longue durée, 1000-2000dC, in *Os povos do Xingu: história e cultura*. Editado por B. Franchetto e M. Heckenberger, pp.21-62. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- _____. 2004. Archaeology as indigenous advocacy in Amazonia. *Practicing Anthropology* 26 (3): 35-39.
- Hutson, S. R., T. W. Stanton, A. Magnoni, R. Terry e J. Craner. 2007. Beyond the buildings: formation processes of ancient Maya houselots and methods for the study of non-architectural space. *Journal of Anthropological Archaeology* 26: 442-473.
- Ingold, T. 2000. Perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). 2002. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite: relatório 2000-2001. Disponível em: <<http://sputnik.dpi.inpe.br:1910/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/Capa.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2002.
- Ingold, T. 2000. *Perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). 2002. *Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite: relatório 2000-2001*. Disponível em: <<http://sputnik.dpi.inpe.br:1910/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/Capa.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2002.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1992. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Geociências no1. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Irgang, G. V. e M. I. S. Catapan. 2006. *Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo - Caracterização Biótica, Física, Sócio-Econômica e Avaliação Ecológica Rápida*. ICV & WWF.
- Irgang, G. V. 2008. *3º Relatório Técnico da Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena CPS133-2007/PAP*. ICV & WWF.
- Joyce, A. A. e S. Johannessen. 1996. Abandonment and the production of archaeological variability at domestic sites, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron, & S. A. Tomka, pp. 138-153. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kent, S. 1987. *Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press.
- Mendonça, P. M. 1994. *Laudo antropológico de identificação e delimitação das Terras Indígenas Munduruku e Kayabi Gleba Sul*. Brasília. FUNAI. Relatório. Inédito.
- Milliken, W., D. Sasaki, e D. Zappi. 2009. *Vegetação do Parque Estadual Cristalino – Novo Mundo – MT*. Relatório Final. Inédito.
- Moi, F. 2007. *Os Xerente. Uma abordagem etnoarqueológica*. São Paulo: Annablume.
- Nelson, M. V. 2000. Abandonment: conceptualization, representation, and social change, in *Social theory in archaeology*. Editado por M. Schiffer, pp.... Salt Lake City: University of Utah Press.
- Nelson, M. V. e M. Hegmon. 2001. Abandonment is not as it seems: An approach to the relationship between site and regional abandonment. *American Antiquity* 66 (2): 213-235.
- Neves, E. G. 1998. *Paths in darks waters: archaeology as indigenous history in the upper Rio Negro basin, northwest Amazon*. Tese de

Doutorado. Departamento de Antropologia. Indiana University, EUA.

Noelli, F. S. 1993. *Sem tekoa não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

Panja, S. 2003. Mobility strategies and site structure: a case study of Inamgaon. *Journal of Anthropological Archaeology*, 22 (2): 105-25.

RADAMBRASIL: Folha S. C. 21 Juruena, 1997: *Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra*. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília: Ministério das Minas e Energia.

Politis, G. 1996. *Nukak*. Bogotá: Instituto Amazônico de Investigaciones Culturales Sinchi.

Rodrigues, R. A. 2007. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do rio Feio/Aguapeí*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. MAE/USP. São Paulo.

Sakaguchi, Takashi. 2007. Refuse patterning and behavioral analysis in a pinniped hunting camp in the Late Jomon Period: a case study in layer V at the Hamanaka 2 site, Rebun Island, Hokkaido, Japan. *Journal of Anthropological Archaeology* 26 (1): 28-46.

Schiffer, M. B. 1987. *Formation process of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

Schmidt, M. V. C. 2001. Etnosilvicultura Kaibai no Parque Indígena do Xingu: Subsídios ao manejo de recursos florestais. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil.

Senra, K. V. 2004. Posfácio: *Os Kaiabi hoje: aspectos culturais e ambientais, in Os Kaiabi do Brasil Central – História e Etnografia*. G.

Grünberg. São Paulo: ISA.

SEPLAN/MT. 2002. *Mapa de vegetação. Zoneamento Sócio-econômico Ecológico*. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br>>.

Silva, F. A. 2000. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cestaria dos Kayapó-Xikrin e da cerâmica dos Asurini do Xingu a partir de uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Silva, F. A., E. Bsepalez, F. F. Stuchi, e F. M. C. Pouget. 2008. Arqueologia, etnoarqueologia e história indígena: um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Terra Indígena Kaiabi e a Aldeia Lalima. *Relatório Científico*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo.

_____. 2009. Arqueologia, etnoarqueologia e história indígena: um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Terra Indígena Kaiabi e a Aldeia Lalima. *Relatório Científico*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo.

Silva, G. M. e S. F. Athayde. 1999. *Bases socioambientais para o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis na região norte do Parque Indígena do Xingu - MT*. Instituto Socioambiental. Relatório técnico. Inédito.

Silva, G. M., S. F. Athayde, K. V. Senra, M. V. C. Schmidt. 2000. *Relatório técnico da Viagem histórica do povo Kaiabi ao seu território ancestral no rio dos Peixes, MT*. Instituto Socioambiental /Associação Terras Indígenas do Xingu. Relatório técnico. Inédito.

Smith, C. S. 2003. Hunter-gatherer mobility, storage, and houses in a marginal environment: an example from the mid-Holocene of Wyoming. *Journal of Anthropological Archaeology* 22: 162-189.

- Stewart, A. M., D. Keith e J. Scottie. 2004. Caribou crossings and cultural meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory* 11 (2): 183-212.
- Stuchi, F. F. *A ocupação da Terra Indígena Kaiabi: história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. MAE/USP. São Paulo, Brasil.
- Tomka, S. A. 1996. Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron., S. A. Tonka, pp. 11-24. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tomka, S.A. e M. G. Stevenson. Understanding abandonment processes: summary and remaining concerns, in *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Editado por C. M. Cameron e S. A. Tonka, pp. 191-195. Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Gijseghem, H e K. J. Vaughn. 2008. Regional integration and the built environment in middle-range societies: Paracas and early Nasca houses and communities. *Journal of Anthropological Archaeology* 27: 11-130.
- Whitridge, P. 2004. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory* 11 (2): 213-50.
- Wüst, I. 1991. Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- _____. 1998. Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of eastern Bororo territory, MT, Brazil. *Antiquity* 72: 663-675.
- Zedeño, M. I. 1997. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory* 4 (1): 63-103.
- Zedeño, M. I. e B. J. Browser. 2009. The archaeology of meaningful places, in *The archaeology of meaningful places*. Editado por B. J. Browser e M.I. Zedeño, pp. 1-14. Salt Lake City. The University of Utah Press.

Tabela 1 - Antigas aldeias e respectivos contextos culturais de ocupação (X- indefinido, pelo menos um evento; 0 – não evidenciada; 1X – uma única ocupação; 2X - duas ocupações; TPA – Terra Preta Antropogênica; TPA* - solo arenoso de coloração escura)

Nº-	Antigas Aldeias	Contextos culturais de ocupação		
		Pré Colonial	Kaiabi	Não índio
1	Taitetu	X (TPA)*	2X	1X
3	Iniã itu	X (TPA)	1X	0
5	Kantã ou Ywanta	X (TPA)	1X	0
6	Tukunará Kwat	0	1X	0
7	Piawu'i	X (TPA)	2X	1X
9	Opevuu	0	1X	0
12	Ogapywit	X (TPA)*	1X	0
13	Itaipawku	X (TPA)	1X	0
15	Ypia	X (TPA)	1X	0
17	Massisin	X (TPA)	1X	0
18	Itaipawuk i	X (TPA)	1X	0
19	Saúva	X	2X	1X
21	Ywyampororok	0	1X	0
23	Tabuleiro	X (TPA)	1X	2X
25	Tea sing 'I	0	1X	0
27	Jasi'ûok	X	2X	1X
28	Sem nome	X (TPA)	1X	1X
29	Jurukanaua	0	1X	0
30	Jawasi ypoon	0	1X	0
33	Itauakatu i	0	1X	0
34	Antiga aldeia	0	1X	0
37	Pirape wyi	X (TPA)	1X	0
43	Sr. Fernando	X (TPA)	1X	0
45	Zé Romão	X (TPA)	1X	0
47	Kuroné	X (TPA)	1X	0

Tabela 2 - Relação das capoeiras (Kofet) localizadas e seus respectivos contextos arqueológicos e de utilização pelos Kaiabi.

Nº-	Antiga aldeia	Local de roça
9	Opevuu	Informado mas não visitado
21	Ywyampororok	Capoeira Nº-21; - Aldeia Coelho
25	Tea sing 'I	Capoeira Nº- 26
29	Jurukanaua	Antiga aldeia Nº-15
30	Jawasi ypoon	
33	Itauakatu i	Atual área de roça da Aldeia São Benedito
34	Antiga aldeia	

Tabela 3 - Relação de antigas aldeias sazonais, seus contextos culturais de ocupação e localização de suas respectivas áreas de roça.

Nº	Antiga aldeia de ocupação sazonal	Contexto cultural de ocupação			Local utilizado como área de roça
		Pré Colonial	Kaiabi	Não índio	
4	<i>Ujewunum</i>	0	2X	0	Informado/ Não localizado
8	<i>Pinoteui</i>	0	2X	0	Informado mas não localizado
11	Ilha (Tamé)	0	1X	0	Capoeira Nº 26
16	<i>Ypenen</i>	0	2X	0	Antiga Aldeia Nº 15
22	<i>Ypiaowi</i>	X	1X	0	Atual área de roça Nº 20
24	<i>Ipoowkai</i>	0	4X	1X	- no entorno da aldeia - atual área de roça da aldeia São Benedito
44	Colocação de seringa	0	1X	1X	Informado mas não identificado